



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

Portaria nº 97/PGJM, de (data de assinatura do documento).

Aprova o Planejamento Estratégico do Ministério Público Militar para o ciclo 2026 a 2030.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 124, incisos XX e XXII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993:

CONSIDERANDO a visão do Ministério Público Militar de ser uma Instituição Pública de excelência, por meio do planejamento de suas ações;

CONSIDERANDO as orientações do CNMP provenientes do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público, para o decênio 2020-2029 (PEN-MP 2020-2029) a respeito dos planejamentos estratégicos de todo o Ministério Público brasileiro;

CONSIDERANDO a Recomendação CNMP nº 54, de 28 de março de 2017, que *"Dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro"*;

CONSIDERANDO a Agenda 2030 da ONU, que é um guia para a comunidade internacional e um plano de ação para orientar o mundo rumo a um caminho mais sustentável e resiliente até 2030, indicando 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

CONSIDERANDO o Levantamento iESGo do Tribunal de Contas da União, o qual avalia a implantação da Agenda ESG na Administração Pública Federal, englobando diretrizes de comportamento e práticas com foco em três pilares: ambiental, social e governança corporativa;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Planejamento Estratégico do Ministério Público Militar (PE-MPM) para o ciclo 2026 a 2030, conforme Anexos I e II.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CLAURO ROBERTO DE BORTOLLI
Procurador-Geral de Justiça Militar

ANEXO I

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS FINALÍSTICOS					
Nº	Objetivo Estratégico	Detalhamento	Indicador Estratégico		Respostas Indicadas
1	Atuar de forma resolutiva	Promover uma atuação resolutiva e planejada baseada em dados e evidências, com o uso da tecnologia. Contribuir decisivamente para prevenir, de modo efetivo, o conflito, problema ou a controvérsia envolvendo a concretização de direitos ou interesses para cuja defesa e proteção é legitimado o Ministério Público.	O.E.1.1	Implementação de ações preventivas de crimes militares	Mensura a implantação de ações preventivas consideradas efetivas nos tipos delitivos mais relevantes detectados nos mapas de incidência criminal.
		Fomentar a solução pacífica de conflitos. Priorizar práticas resolutivas de atuação ministerial visando à autocomposição. Fomentar soluções consensuais por meio de técnicas de autocomposição tendo como objetivo implementar o sistema restaurativo nos procedimentos instaurados e processos judiciais em que o MPM atue como custos iuris (fiscal da ordem jurídica) ou dominus litis (titular da ação penal).	O.E.1.2	Implementação de ações de fomento à solução pacífica de conflitos	Mensura implantação de ações consideradas efetivas para a solução pacífica de conflitos
2	Promover os Direitos Humanos e o Direito Humanitário	Fortalecer a promoção dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário no âmbito de atuação do Ministério Público Militar.	O.E.2.1	Implementação de ações de fomento à defesa dos direitos humanos e direito humanitário	Mensura implantação de ações consideradas efetivas para defesa dos direitos humanos e direito humanitário
3	Promover o direito das vítimas	Fortalecer a Proteção Integral e a Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas.	O.E.3.1	Implementação de ações de fomento à Proteção Integral e a Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas	Mensura implantação de ações consideradas efetivas para Proteção Integral e a Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas
4	Implantar a governança de dados.	Fortalecer a estruturação de ciência de dados na atividade finalística na instituição para aprimorar a coleta, o	O.E.4.1	Implementação de ações de fomento à cultura de análise	Mensura implantação de ações consideradas efetivas

	Fortalecer a cultura de análise de dados e tomada de decisão	tratamento e a geração de informações, destacando a importância da análise de dados para a tomada de decisão. Coletar, analisar e interpretar sistematicamente os dados da atividade finalística para orientar as ações das unidades ministeriais. Embasar as decisões em informações concretas e análises.		de dados e tomada de decisão	para aperfeiçoamento da governança de dados da atividade finalística do MPM	
5	Fomentar, fortalecer e aprimorar a atividade investigativa e de inteligência investigativa	Fortalecer e fomentar as atividades investigativas e de inteligência investigativa do Ministério Público. Fortalecimento da atividade investigativa e de inteligência investigativa no MP, com foco em cooperação e tecnologia.	O.E.5.1	Incremento em ferramentas tecnológicas nas atividades de apoio à investigação	Mensura o incremento de ferramentas tecnológicas utilizadas nas atividades de apoio à investigação	SE
			O.E.5.2	Percentual de incremento na demanda dos serviços oferecidos no catálogo de atividades de apoio à Investigação	Mensura o percentual de incremento na quantidade de demandas dos serviços oferecidos no catálogo de atividades de apoio à investigação	
			O.E.5.3	Demanda atendida nos pedidos de apoio à investigação	Mensura a capacidade de atendimento às demandas de apoio à investigação	
6	Fortalecer a articulação internacional com órgãos públicos ou entidades privadas	Fortalecer a articulação internacional com órgãos públicos ou entidades privadas para a realização de iniciativas e projetos e a celebração de acordos de cooperação ou congêneres.	O.E.6.1	Implementação de ações voltadas para articulação internacional com órgãos públicos ou entidades privadas para a realização de iniciativas e projetos e a celebração de acordos de cooperação ou congêneres	Mensura implantação de ações consideradas efetivas para articulação internacional com órgãos públicos ou entidades privadas para a realização de iniciativas e projetos e a celebração de acordos de cooperação ou congêneres	SE

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE SUPORTE E

	Objetivo Estratégico	Detalhamento	Indicador Estratégico		Descrição do indicador estratégico	Respo nd
7	Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras	Integrar a inovação e a transformação digital na estratégia e ações da instituição. Aprimorar a destreza digital do MP, com o objetivo de integrar a inovação e a transformação digital na estratégia e ações da instituição. Promover a transformação digital por meio de soluções tecnológicas integradas, inovadoras e compartilháveis.	O.E.7.1	Incremento em ferramentas tecnológicas e inovadoras	Mensura o incremento de ferramentas tecnológicas e inovadoras	SE
		Aprimorar a infraestrutura e a gestão de riscos para garantir a continuidade dos serviços de TI.	O.E.7.2	Implantação dos controles internos para os riscos mapeados	Mensura a implantação dos controles internos listados no mapa de riscos da área de TI para garantir a continuidade dos serviços de TI	
8	Fomentar a destreza digital no MPM	Fomentar destreza digital no MPM para direcionar o uso da tecnologia no aprimoramento da eficiência e eficácia das atividades finalísticas e estruturantes, bem como no impulsionamento da inovação e da transformação digital em todas as áreas de atuação.	O.E.8.1	Implantação das práticas listadas no formulário de destreza digital	Mensura a implantação das práticas listadas no formulário de destreza digital do CNMP	
9	Fortalecer a segurança da informação	Fortalecer medidas voltadas a proteger dados e informações sensíveis ou sigilosas, cujo acesso ou divulgação não autorizados possa acarretar prejuízos de qualquer natureza ao Ministério Público ou proporcionar vantagem a atores antagonísticos. Fortalecer a segurança da informação nos eixos I - segurança da informação nos meios de tecnologia da informação; II - segurança da informação de pessoas; III - segurança da informação na documentação; e IV - segurança da informação nas áreas e instalações.	O.E.9.1	Taxa de Conformidade com os Controles Críticos e Medidas de Segurança Cibernética do Acórdão 1768/2022- TCU-Plenário	Mensura o percentual de conformidade do MPM com os controles críticos e medidas de Segurança cibernética especificados no Acórdão 1768/2022-TCU- Plenário	
10	Aprimorar a governança institucional	Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados. Fortalecer no MPM a agenda ESG - "Environmental, Social and Governance" (Ambiental, Social e Governança)".	O.E.10.1	Taxa de conformidade com as práticas previstas no levantamento iESGo do TCU	Mensura a implantação das práticas do iESGo do TCU	
11	Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação	Fortalecer a estrutura de gestão sustentável. . Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação.	O.E.11.1	Taxa de conformidade com as práticas do eixo de sustentabilidade ambiental (práticas 5000) previstas no levantamento iESGo do TCU	Mensura o percentual de conformidade do MPM com as práticas previstas no levantamento iESGo do TCU	

12	Assegurar a aplicação eficiente dos recursos orçamentários	Promover a otimização contínua das despesas discricionárias do Ministério Público Militar, mediante racionalização dos gastos relacionados a contratos administrativos, prestação de serviços e aquisição de materiais, assegurando maior eficiência administrativa, sustentabilidade institucional, governança orçamentária e melhoria da qualidade do gasto público.	O.E.12.1	Indicador destinado a mensurar o percentual anual de redução das despesas discricionárias relacionadas a contratos administrativos, serviços continuados, consumo institucional e aquisição de materiais.	Índice de Redução das Despesas Discricionárias. Mensura a redução das despesas discricionárias.	
13	Fomentar o aperfeiçoamento do sistema de controle interno institucional	Aprimorar o compliance, a gestão de riscos e a integridade pública na instituição e aprimorar o compliance, a gestão de riscos e a integridade nas contratações públicas.	O.E.13.1	Gerenciamento dos riscos das atribuições das áreas e/ou processos prioritários da cadeia de valor	Mensura o percentual de implantação dos controles internos previstos a serem implantados nos mapas de riscos gerados	
			O.E.13.2	Capacitar membros e servidores na temática de gestão de riscos, integridade pública e controles internos (compliance)	Mensura o número de membros e servidores capacitados por ano na temática de gestão de riscos, integridade pública e controles internos (compliance)	(
14	Aperfeiçoar a gestão das aquisições e contratações públicas	Aprimorar os processos de compras e contratações por meio de padronização e definição de critérios de qualidade.	O.E.14.1	Taxa de conformidade com as práticas de gestão de contratações previstas no levantamento iESGo do TCU	Mensura o percentual de conformidade do MPM com as práticas previstas no levantamento iESGo do TCU	U
		Aprimorar os processos de gestão e fiscalização de contratos.				
15	Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho	Promover o bem-estar físico e mental no ambiente de trabalho.	O.E.15.1	Satisfação geral do Clima Organizacional para membros e servidores	Mensura a média geral das pontuações (de 1 a 10) atribuídas aos itens avaliados no questionário	Conr (
			O.E.15.2			
			O.E.15.3	Satisfação do Clima Organizacional para membros e servidores, por dimensão avaliada	Mensura o nível de satisfação dos membros e servidores com as condições gerais de trabalho na instituição, por dimensão	Conr (
			O.E.15.4			
		Desenvolver, avaliar e aprimorar as competências comuns, técnicas e comportamentais com foco em resultados. Gestão eficiente dos quadros de pessoal, alocando competências em áreas-chave, desenvolvendo novas competências.	O.E.15.5	Diminuição do Índice de Priorização de Capacitação das Competências Comuns Desenvolvidas	Mede o Índice de Prioridade de Capacitação das Competências Comuns Desenvolvidas	(

			O.E.15.6	Mapeamento das competências técnicas necessárias para o desenvolvimento eficaz em uma determinada área da instituição.	Mede o número de unidades com as competências técnicas mapeadas	1
16	Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional	Contribuir para a melhoria da comunicação com a sociedade e para fortalecer a imagem institucional.	O.E.16.1	Percentual de crescimento nas mídias sociais do MPM	Mensura o quantitativo total de pessoas que seguem o MPM nas redes sociais utilizadas	SE
		Aprimorar os processos de comunicação interna.	O.E.16.2	Percentual de incremento de envio de materiais de divulgação da atuação das PJMs	Mensura o quantitativo de material para publicação encaminhado pelas Procuradorias de Justiça Militar	SE

ANEXO II

DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

DIRECIONADORES PARA OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		
Nº	Objetivo Estratégico	Direcionadores para o atingimento do objetivo estratégico
1	Atuar de forma resolutiva	Coordenar a elaboração de mapas de incidência dos crimes militares de atribuição do MPM. Os mapas de incidência e localidade e relacionados a cada uma das Forças (Marinha, Exército e Aeronáutica). Elaborar medidas preventivas.
		Coordenar a alimentação do banco de peças publicadas do SAJ.
		Avaliar a qualidade dos dados inseridos no sistema processual do MPM (inicialmente).
		Elaborar e implementar programa de capacitação de membros e servidores para investigação e combate à corrupção.
		Criar, instalar e fortalecer grupo especializado em investigação de alta complexidade.
		Promover a capacitação dos integrantes do MPM em relação às soluções autocompositivas, demonstrando a importância.
4	Implantar a governança de dados. Fortalecer a cultura de análise de dados e tomada de decisão	Promover capacitações em análise de dados para a liderança e demais integrantes da instituição. Promover capacitações sobre a importância de tomar decisões com base em informações e análises.
5	Fomentar, fortalecer e aprimorar a atividade investigativa e de inteligência investigativa	Propor acordos de cooperação técnica na temática da atividade investigativa e de inteligência.
		Implementar a área de apoio à investigação patrimonial autônoma, notadamente nos crimes relacionados à corrupção e lavagem de dinheiro, com base no CNMP.
		Fomentar, fortalecer e aprimorar as ferramentas tecnológicas para utilização nas atividades investigativas.
DIRECIONADORES PARA OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		
	Objetivo Estratégico	Direcionadores para o atingimento do objetivo estratégico
7	Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras	Criar mapa com levantamento das atividades que podem se beneficiar com modernização tecnológica, apontando as possibilidades e desafios.
		Promover a implementação de automação de processos internos por meio da utilização de Inteligência Artificial (IA) e Inteligência de Dados (ID).
		Fomentar a transformação digital por meio de treinamentos e workshops, buscando criar uma cultura de inovação.
		Promover capacitações das lideranças sobre novas tecnologias, alfabetização e destreza digital, com vistas ao aprimoramento e mais bem adaptada ao contexto de constantes transformações tecnológicas.
		Promover capacitação sobre automação de processos internos por meio da utilização de Inteligência Artificial (IA) e Inteligência de Dados (ID).
		Definir um mapa de riscos na área de TI, para avaliar e colaborar na proposição de soluções. Aprimorar a infraestrutura e a segurança de TI.
		Reestruturar o organograma de TI, inserindo a área de governança e certificando o pessoal. As áreas de TI deverão corresponsabilizar-se com a Governança de TI, na estrutura e nos processos que assegurem que a TI sustente e entenda as estratégias da instituição em níveis aceitáveis e em conformidade com normativos regulatórios internos.

		Avaliar plano de carreira ou incentivos específicos para servidores
		Adotar políticas de dimensionamento e estrutura mínima de TI, incluindo
		Definir plano de capacitação de TI nos frameworks como TOGAF, ITIL
9	Fortalecer a segurança da informação	Implantar as práticas de segurança da informação previstas no levantamento
11	Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação	Estruturar grupo especializado de planejamento e gestão sustentável. Ação de grupo especializado de planejamento e gestão sustentável. Promover a implantação do plano de logística sustentável (PLS). Revisar o Plano de Logística Sustentável do MPM e o Monitoramento do Plano de Gestão Sustentável. Fomentar boas práticas organizacionais com foco nos critérios ambientais, sociais e governança (ESG), implantando as práticas previstas no levantamento iESGo do TCU.
12	Assegurar a disponibilidade e aplicação eficiente dos recursos orçamentários	Desenvolver ferramentas metodológicas e tecnológicas que permitam a integração do orçamento com o planejamento e a execução orçamentária. Fomentar a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) com base nos objetivos. Desenvolver plano de ação com o objetivo de promover a otimização contínua das despesas discricionárias do Ministério Público, relacionados a contratos administrativos, prestação de serviços e aquisição de materiais, assegurando maior eficiência e melhoria da qualidade do gasto público. O plano de ação deve desenvolver metodologia de acompanhamento e modelo de monitoramento institucional. Capacitar membros e servidores do Ministério Público em questões de gestão de custos, fornecimento e controle de despesas.
13	Fomentar o aperfeiçoamento do sistema de controle interno institucional	Gerar mapas de riscos das áreas e/ou processos prioritários da cadeia de valor, contendo mapeamento dos riscos, prevenção e mitigação. Criar Plano de Ação para a implantação no MPM e correspondente monitoramento para a implantação das práticas previstas no Plano de Ação N° 10/2025/CNMP PARTICIPES: CNMP E TCU) Capacitar os membros, gestores e servidores das áreas em <i>compliance</i> , gestão de riscos e controle interno. Capacitar os atores do macroprocesso de licitações e contratos em <i>compliance</i> , gestão de riscos e controle interno.
14	Aperfeiçoar a gestão das aquisições e contratações públicas	Aperfeiçoar a governança do macroprocesso de contratações para garantir um processo mais eficaz e transparente, incluindo a gestão com outras unidades. Utilizar inteligência artificial nos processos de compras públicas para otimizar a análise de propostas. Elaborar um mapa de riscos para a fiscalização de contratos. Criar um mapa de riscos para a fiscalização de contratos, visando a conformidade contratual. Promover a capacitação contínua dos envolvidos na gestão e fiscalização de contratos.
15	Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho	Utilizar ferramentas de diagnósticos de ambiente de trabalho e organização das relações profissionais visando à detecção de riscos e a elaboração de plano de ação para tratamento de situações relevantes detectadas. Elaborar diagnóstico institucional das situações de risco à saúde mental em geral e adotar medidas preventivas. Realizar capacitação contínua voltada a membros(as), servidores(as), terceirizados(as), estagiários(as), aprendizes e demais aspectos essenciais sobre violência, assédio e discriminação, bem como sobre a forma adequada de lidar com conflitos e desenvolvimento de pessoas. Sensibilizar e capacitar os líderes de equipe para garantir que eles apoiem e promovam a qualidade de vida no trabalho. Promover a qualificação das lideranças e gestores. Desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades de liderança para lidar com conflitos e desenvolvimento de pessoas. Sensibilizar e capacitar os líderes de equipe para garantir que eles apoiem e promovam a qualidade de vida no trabalho. Estabelecer políticas que incentivem os integrantes a tirarem férias regulares e que estabeleçam o direito à desconexão por fora do horário de expediente, nas férias e licenças, promovendo maior equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. Implantar Projeto (plano) de qualidade de vida e valorização de pessoas. Conjunto de ações estruturadas de promoção da qualidade de vida no trabalho. Implantar a gestão por competências, definindo perfis técnicos e comportamentais necessários para o desenvolvimento das atividades institucionais. Utilizar o mapeamento de competências como principal critério para alocação de pessoas, inclusive em funções de confiança, visando alocar a força de trabalho, com perfil profissiográfico adequado, nas áreas prioritizadas pela gestão do órgão, considerando a qualificação e a experiência.
16	Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional	Realizar pesquisas para avaliar a imagem e percepção pública do Ministério Público. Realizar treinamentos periódicos de "media training" com os membros e servidores. Investir no desenvolvimento de campanhas com publicações em diversos canais. Elaborar programas de divulgação do MPM e seus canais de acesso. Investir na modernização e ampliação dos canais de comunicação com a sociedade. Promover e atualizar a política de comunicação para atender às necessidades. Realizar pesquisas com o público interno para conhecer as suas demandas. Elaborar plano anual de aprimoramento da comunicação interna, com iniciativas periódicas para aumentar a transparência. Reconhecer a importância da inclusão dos integrantes de todas as localidades da instituição. Programa de sensibilização e capacitação para a Justiça Militar.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mpm.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1840247** e o código CRC **D50A74D9**.